

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE ATHIS NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Palavras-chave: urbanização, direito à moradia, assessoria técnica, habitação social, São Paulo, arquitetura e urbanismo.

YASMIM ARAKI SCHWERTZ

Aluna da FECFAU | UNICAMP

Prof. Dr. SIDNEY PIOCHI BERNARDINI

Orientador da FECFAU | UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A **habitação social no Brasil** é uma questão que oscila entre as ações do Poder Público, historicamente insuficientes para dar cabo à problemática existente e as iniciativas criativas e alternativas da própria população, excluída dos meios formais do mercado para obter sua casa própria. Essa dualidade na constituição das soluções habitacionais no Brasil percorre um longo caminho histórico que remonta do momento em que as cidades no Brasil começaram a ganhar peso na configuração do território brasileiro. Do fim do século XIX até meados do século XX, foram realizadas grandes intervenções urbanas, exclusivas às maiores cidades e às cidades portuárias, propensas a calamidades públicas e epidemias. Tais intervenções ocorreram a partir de **concessões públicas**, em nome do bem coletivo coerente com a época, resultando em grandes remoções de áreas pobres.

Ainda, no século XX, o Brasil se vê marcado pela urbanização acelerada, devido ao grande êxodo rural e ao incentivo à modernização. As políticas públicas, por sua vez, não conseguiram acompanhar tal processo de maneira efetiva, o que agravou as **profundas desigualdades quanto ao acesso aos direitos** da sociedade como um todo.

A partir de 1960, segmentos progressistas da sociedade reivindicam reformas estruturais quanto ao Direito coletivo à Cidade (Lefebvre, 1968). Neste cenário, emergiram iniciativas de **apoio técnico** voltados à habitação, principalmente as autoconstruídas nas periferias das cidades. Durante a redemocratização brasileira nos anos 1980, diversos profissionais se organizaram, sobretudo **arquitetos e**

urbanistas, em entidades de assessoria técnica, para oferecer suporte a projetos de **Habitação de Interesse Social (HIS)**.

Na tentativa de uma pacificação social, o Estado criou várias leis e medidas voltadas ao auxílio da população mais carente, entendida por muitos como a “politização da compaixão” (BRESCIANI, 2018, p. 190). Neste sentido, pode-se identificar diversas iniciativas correlatas ao longo das décadas, como o Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, Pró-moradia, Habitar Brasil, Carta de Crédito Individual e Associativo, e Apoio à Produção, todos do governo de Fernando Henrique Cardoso e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nos governos de Lula e Dilma. Nos anos 2000, a luta pela igualdade e condições mais justas de habitação levaram à aprovação de duas leis: **A Lei Federal 10.257/01, mais conhecida como Estatuto da Cidade e a Lei Federal 11.888/2008**, que estabeleceu a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Tais regulamentações foram imprescindíveis para o andamento das atividades em prol do direito à moradia, visto que o Estado passou a assumi-lo como problemática urbana, embora o poder público não tenha aplicado com efetividade esses instrumentos.

A questão do direito à moradia é, e sempre foi, um desafio para a sociedade. Apesar da existência de tentativas legislativas para assegurá-lo, ainda não é um direito conquistado para grande parte da população brasileira. Por meio de uma análise histórica, notamos que o direito à habitação se torna um desafio ao Estado, agente urbanizador, que, por sua vez, não coloca esse direito como prioridade em suas políticas.

Assim, tornou-se comum o enfrentamento da questão habitacional pela **iniciativa própria**, desafiando obstáculos e confrontos resultantes de suas ações. A defesa à moradia e as estratégias de manutenção dessas estruturas têm envolvido outros agentes, como **Associações, Movimentos, ONGs, Universidades (projetos de extensão), cooperativas de iniciativas sociais, entre outros**. A “auto solução” ou a “autogestão” aparenta ter, nesse aspecto, uma importância substancial para dar alguma garantia de proteção a toda a população que não é assistida pelos programas governamentais diante do baixo desempenho de suas políticas. Tais práticas geram consequências para a qualidade de vida desta população.

Deste modo, as tentativas de estabelecer moradia pela população mais carente, em geral **ilegais**, como assentamentos e ocupações, são constantemente confrontadas com as ações de opressão e exclusão por iniciativas diversas, inclusive do Estado. Neste cenário, a Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social (ATHIS) tem sido uma alternativa desenvolvida no âmbito da produção de moradia popular. A Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse social, criada pelo arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz da Silva, visa assegurar “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”

METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa de natureza explicativa e exploratória, baseada no delineamento de investigações bibliográficas e descrições documentadas sobre estudos de casos. O tema principal é a iniciativa de ATHIS nas escolas de arquitetura e urbanismo no estado de São Paulo, sistematizadas e analisadas por meio de bases documentadas. A coleta de dados se deu através da busca em sites, da montagem e do preenchimento de uma planilha padrão com todos os dados fundamentais analisados com a construção de gráficos que auxiliaram na análise de cada caso escolhido a partir das informações predispostas.

Em um primeiro momento, foi necessário estabelecer a quantidade de cursos ativos. Por meio do site do MEC (e-mec), foram identificados 204 cursos de arquitetura e urbanismo

(BRASIL, 2008). A ATHIS garante que famílias com renda de até três salários mínimos, em áreas urbanas ou rurais, recebam assistência técnica e pública para acompanhamento e/ou execução de edificações, reformas, ampliações ou regularização fundiária de suas moradias. Além de auxiliar no processo de direito à moradia, o programa de ATHIS também movimenta a economia em um sentido benéfico, uma vez que gera emprego, incentiva o comércio local e melhora a qualidade de vida da população, resultando na diminuição do gasto com saúde pública. As práticas visam o auxílio das comunidades, assentamentos e ocupações, com participação conjunta entre elas, em diversos âmbitos para a sua plena legalidade e habitabilidade, na qual se relaciona o contato com a **comunidade e as qualificações profissionais**.

Ressalta-se também que o campo social da arquitetura e urbanismo no Brasil ainda é incipiente. Há uma significativa importância em se investir em pesquisas neste âmbito, de modo a incentivá-las a serem melhor abordadas durante a graduação em arquitetura e urbanismo nas escolas brasileiras na tentativa, inclusive, de aproximar mais o conhecimento técnico e acadêmico das populações mais vulneráveis e que ainda sofrem com o problema da moradia no Brasil.

ativos no estado. Foi possível constatar, entretanto, que 61% destes cursos foram abertos nos últimos 10 anos. Considerando que o levantamento deveria abarcar as práticas de ATHIS mais consolidadas, com um conjunto mais expressivo de experiências por um período de mais longo prazo, tomou-se como parâmetro de corte, para o levantamento dos cursos, a existência de no mínimo 10 anos, ou seja, que tinham sido criados até pelo menos o ano de 2012. A partir do site da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) e da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), foram identificadas 79 instituições que se enquadraram no período delimitado. Em um segundo momento, a análise se deu a partir da delimitação de critérios:

- a. Rede pública ou Rede privada;
- b. Habitações sociais e/ou políticas públicas em sua matriz curricular;
- c. Presença de Escritório Modelo (EMAU) no curso;

A análise da segunda classificação (b), deu-se a partir das informações online das respectivas faculdades (em seus sites), na qual apresentavam (ou não) os tópicos de habitação social e/ou políticas públicas em sua matriz

curricular. É necessário ressaltar que, apesar de quase todas as universidades apresentarem sua matriz curricular online, poucas apresentaram uma descrição melhor elaborada da matéria em questão. Já para a terceira

classificação (c), foram utilizadas informações do site da FeNEA, na qual assinalava quais apresentavam atividades de Escritórios Modelos. Assim, foram classificadas aquelas em que a análise de atividades voltadas para ATHIS seriam melhor aprofundadas. A seleção ocorreu a partir da presença da classificação “b” e/ou “c”. Deste modo, as universidades selecionadas para a pesquisa foram: Centro Universitário Adventista (UNASP), Fac. de Arq. e

Urbanismo – Escola da Cidade (ESCOLA DA CIDADE), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Universidade de São Caetano do Sul (USCS) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os dois tópicos escolhidos para a análise de ATHIS nas instituições são: matriz curricular, que representa a atividade proposta pela instituição aos alunos e os EMAUs, que representam, por sua vez, iniciativas discentes vinculadas à universidade.



MATRIZ CURRICULAR:

Apenas 3 cursos dos 79 selecionados (3,79%) apresentavam tópicos sobre habitação social e/ou políticas públicas. Também vale notar que houve falta de informação sobre a matriz de cada universidade disponível àqueles que buscam por mais descrições, já demonstrando uma lacuna quanto ao assunto.

Nota-se ainda que, apesar de apresentarem disciplinas que convergissem às políticas públicas sociais, nenhuma delas apresentou citação ou aprofundamento acerca do assunto de ATHIS. Não só isso, parte das disciplinas analisadas foram classificadas como “Obrigatórias Livres”, ou seja, optativas ao aluno de cursá-las.

Instituição	Matéria
USP (SP)	Desenho Urbano e Projeto dos Espaços da Cidade (Obrigatória); Assentamentos Urbanos Populares (Habitação Popular Paulistana instrumentos de Intervenção Urbanística em Assentamentos Precários: Plano, Programa e Projeto.); História da Habitação Social nos Séculos XX e XXI;
UNICAMP	Arquitetura de Interesse Social (Obrigatória)
UNESP (Bauru e Presidente Prudente)	Laboratório de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo V – Habitação de Interesse Social

Tabela 1 – Exemplos de matérias destinadas a habitação social

ESTUDO DE CASO DOS EMAUs:

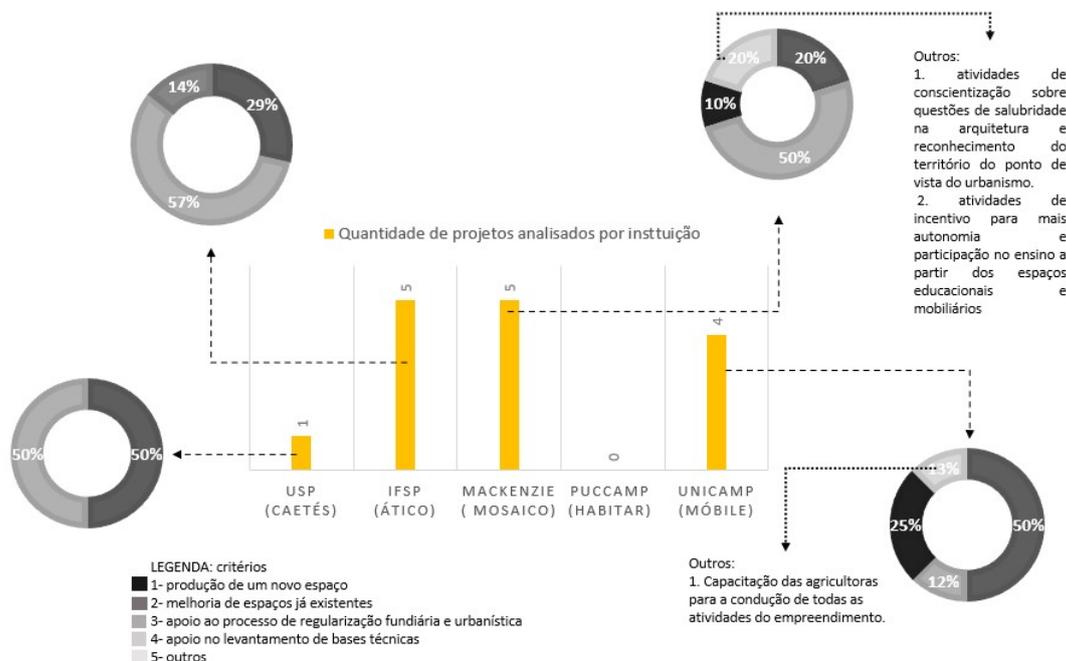
A análise das atividades dos Escritórios Modelos se deu a partir da coleta de relatórios que abordavam o processo de atividade exercida pela extensão. Deste modo, a partir de uma tabela padrão, as atividades foram analisadas de

maneira a criar uma sistematização acerca dos trabalhos exercidos. O esquema descrito abaixo demonstra os critérios analisados para a sistematização de dados acerca das ações pelos EMAUs:



Já nesta análise, observa-se a quantidade de projetos analisados por instituição, de modo a destacar percentualmente quais foram os tipos de atividades exercidas. Entretanto, é necessário destacar que nos critérios produção de um novo espaço (1) e melhoria de espaços já

existentes (2), não possuem 100% de execução. O fundo monetário para sua construção segue como um empecilho para a efetividade das ações. A maior parte se apresenta como “em andamento”, isto é, na espera por subsídios.



CONCLUSÕES:

A partir dos casos analisados, é possível perceber que a temática do habitar social e das políticas públicas ainda é pouco debatida nas universidades, sejam elas particulares ou públicas. Tal cenário se mostra incoerente com a realidade brasileira, sendo que segundo a Globo (G1 ECONOMIA), o déficit habitacional brasileiro, em 2019, chegou a quase 6 milhões.

Percebe-se que os próprios alunos buscam por mais repertórios sobre a questão habitacional no curso. Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) representam uma saída para a limitação acadêmica sobre o tema. O assunto, por sua vez, é visto como uma extensão ao curso, mesmo intrínseco ao urbanismo brasileiro. Em comparação quantitativa, dos 79 cursos selecionados apenas 11 enquadraram-se nos critérios estabelecidos (14%), (a) e (b), de uma análise mais profunda acerca de suas atividades. Não só isso, aquelas que apresentaram em sua matriz curricular abordagens acerca da questão da moradia no Brasil, em sua grande maioria, foram instituições públicas e poucas das disciplinas têm caráter obrigatório e/ou apresentavam o tópico ATHIS.

Sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes, observa-se que a demanda funciona como uma via de mão dupla, isto é, tanto os próprios estudantes oferecem seus conhecimentos às comunidades precárias, como também a própria comunidade recorre aos serviços universitários providos. Nota-se, portanto, que há uma troca de conhecimento entre ambas. Não só isso, mesmo sendo elaborado um projeto de boa qualidade, tanto em questões técnicas quanto legislativas, desenvolvido gratuitamente por estudantes da área, ele não é executado e/ou demanda fundos monetários que tanto os estudantes quanto as comunidades não podem abarcar. Assim, a problemática se expande para além da necessidade de um projeto bem qualificado. Tal realidade acarreta na arrecadação de fundos pelos estudantes e pela comunidade, por meio de patrocínios, “vaquinhas” e doações. Outra consequência deste empecilho está na falta de um acompanhamento pós-ação, visto que esta etapa analisa a efetivação do projeto elaborado (seus pontos positivos e negativos), contribuindo para novas perspectivas na elaboração de próximos projetos. Deste modo, a execução do projeto, muitas vezes, não se efetiva. Uma saída

encontrada pela comunidade discente é desenvolver palestras, oficinas e trabalhos nas quais podem atuar sem a necessidade de grandes investimentos monetários, entretanto tal alternativa não reflete uma significativa experiência e efetividade dentro dos objetivos como um todo.

Percebe-se que o tópico ATHIS ainda é pouco debatido dentro das atividades acadêmicas. A maioria delas ocorrem por meio da ação dos projetos de extensão, com apoio dado pela instituição em segundo plano. As Instituições que apresentam uma maior iniciativa acerca do assunto se encontram como minoria dentro dos cursos ativos no estado e a maioria delas são de caráter público.

Ainda, após a análise das diretrizes curriculares oferecidas pelo Ministério da Educação na resolução Nº 6, DE 2 DE FEVERERO DE 2006, não há tópico diretamente relacionado ao conhecimento acerca das desigualdades urbanísticas brasileiras

vigentes, o que demonstra que a lacuna presente na matriz curricular das universidades parte, também, pela isenção do governo brasileiro quanto a obrigatoriedade do assunto.

Assim, nota-se que a problemática quanto a habitação no Brasil não se encontra invisível dentro do mundo acadêmico, na qual tanto a comunidade discente quanto as instituições observam o assunto como intrínseco à formação de arquitetos e urbanistas. Entretanto, o pouco incentivo acaba por limitar ou até estagnar as potencialidades que as atividades poderiam trazer. A tentativa de resolver tal problemática brasileira já extrapola o campo governamental. As iniciativas próprias têm assumido a responsabilidade e a preocupação de lidar com parte do problema, sendo necessário que as vejamos como grandes potenciais para a amenização da situação habitacional no Brasil, de maneira que essa atividade contribua tanto com a sociedade quanto com a formação acadêmica e pessoal da comunidade discente.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. *Assessoria e assistência técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social*. Disponível em: <<http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/athis-2.pdf>> Acesso em: 20.04.2021

AVELLAR, B. ZANIRATO, H. *Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista*. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>> Acesso em: 23.04.2021

BALMIN, R. KRAUSE, C. *Produção Social da Moradia: Um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil*. Disponível em <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905/4630>> Acesso em: 17.04.2021 [p.189- 201]

BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Org. Josianne Cerasoli, Marcia Naxara, Rodrigo de Faria. São Paulo: Alameda, 2018. [p.177-212].

CARDOSO, A. *Assessoria e assistência técnica para Habitação de Interesse social no Brasil*. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf>> Acesso em: 15.04.2021

CAU-BR e assistência técnica. Disponível em <<https://www.cau.br.gov.br/habitacao-social-cau-br-e-confea-vaio-debater-opcoes-de-assistencia-tecnica-no-brasil/>> Acesso em 25.04.2021

CAU-RS. Disponível em: <<https://www.caus.gov.br/athis/destaque-6/>> Acesso em 05.05.2021

Déficit Habitacional no Brasil. Disponível em: https://www.abrinc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Deficit_Habitacional_-V-8-dez-2020.pdf Leis Governamentais. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 04.05.2021

MARICATO, E. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo*. Entrevista. Rede Mobilizadores COEP. 2013. Disponível em <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-dosolo/>>. Acesso em: 25.04.2021

PIEADADE, M. *Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil*. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4767/1/bps_n.4_BREVE4.pdf Acesso em: 16.05.2021 Disponível em: <<https://www.athis.org.br/biblioteca/>> Acesso em: 15.04.2021

PALEN, J. JHON. LONDON, BRUCE. *Displacement and Neighborhood Revitalization*, 1984. [1-48]

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf>

RODRIGUES, Ana Mafalda; ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALLEGRETTI, Giovanni. Habitação social contemporânea na cidade da praia, Cabo Verde. O" Casa para todos" sob a ótica da percepção e da satisfação dos moradores. *Oculum Ensaios*, v. 19, p. e224901, 2022

ROLNIK, R. São Paulo na virada do século: territórios e poder. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, n. 2, p. 39-44, 25.04.2021

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2001

VAINER, Carlos B. *Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR/UF RJ*. *Acervo*, v. 17, n. 1, p. 155-166, 2004.